

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estadão - Porto Velho Class.: 146

Data: 11.11.88 Pg.: 1a

Índios lutarão até a morte pela posse de suas terras

“Se é para morrer massacrado, enquanto aguardamos a Justiça, preferimos morrer lutando”. A afirmação é do coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), Akito, da tribo tucano do Alto Rio Negro, e revela o descontentamento das comunidades indígenas da Amazônia com a morosidade da Justiça diante da intransigência dos brancos. A expectativa é de que os culpados pelo assassinato de Yaminer Suruf sejam, realmente, punidos com os rigores da lei.

O episódio que culminou com a morte de Yaminer, ainda causa revolta nos meios indígenas, que questionam bastante o requinte de perversidade com que o silvícola foi executado. Esquartejado, crivado de balas e totalmente queimado. Assim foi encontrado o corpo do índio Suruf, após o conflito com os brancos em outubro.

Coação à parte, a polícia é acusada de pressionar o índio Anine, que acompanhava a autópsia, em Cuiabá, a não falar nada sobre o que acabara de ver, no IML. Yaminer tinha as pernas decepadas dos joelhos para baixo, assim como os braços e cabeça cortados. Depois, teve os restos do seu corpo enxarcado com gasolina e ateado fogo. Agora, os índios prometem vingança, e demonstram que não estão dispostos a esperar uma decisão da Justiça para a resolução de suas questões.

(Página 5)



Os líderes indígenas, reunidos no Cimi, prometem vingança com as próprias mãos.



Uma comissão indígena pede rigor da lei dos brancos, em seu favor.

Índios prometem lutar pela terra

Reportagem: *Noberto Vieira*
Foto: *José Hilde*

Esquartejado, crivado de balas e totalmente queimado. Assim foi encontrado o corpo do índio Suruí Yaminé, após o conflito com os brancos em outubro. Enquanto era realizada a autópsia, a polícia pediu para o índio Anine, que acompanhava o trabalho, para não falar nada sobre o assunto. Yaminé tinha as pernas decepadas dos joelhos para baixo assim como os braços e cabeça cortados. Depois teve os restos de seu corpo enxarcado com gasolina e ateadado fogo. Estas acusações foram realizadas ontem pelos índios Akito da tribo Tukanos do Alto Rio Negro (Akito é coordenador da UNI, União das Nações Indígenas), Pocuta da nação Tarianos e Nati dos Suruí. eles acusaram o fazendeiro Américo Minota de comandar 12 pistoleiros no massacre do dia 16 de outubro que os índios sofreram em Paraíso da Serra perto do distrito de Pacarana.

Na nota à imprensa eles afirmam que após os contatos que tiveram com o branco há vinte anos não tiveram mais paz. Os conflitos se sucederam e não vão acabar enquanto alguns membros da sociedade branca continuar desrespeitando suas culturas, crenças, tradições e suas terras. Entretanto no episódio do massacre do índio Yaminé a nação indígena fará uso do capítulo 232 da nova Constituição que diz: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo". Com base nisso, eles avisaram o procurador geral do estado Antônio Carlos Pessoa Luís que designou os índios Nati Suruí, Itabira Suruí, Henrique e Anine além de Jorge Vilas Boas para acompanharem o inquérito policial que deverá ser aberto dentro de oito dias.

SANGUE

Durante a coletiva todos os índios tiveram cuidados para não manifestarem reações radicais. O descontentamento entretanto estava evidente em seus olhos. A pergunta até quando? pairava no ar e o mal estar era geral fazendo com que os jornalistas no local se sentissem culpados quando não envergonhados de serem brancos. Novas invasões serão rechaçadas com as armas. "Índio não é aquela imagem que o poder econômico quer passar a sociedade. Não somos sujos, nem bêbados, nem ladrão muito menos mentirosos. Essa imagem que procuram passar à opinião pública de que

quando vemos brancos vamos logo atirando flechas é para que os brancos tenham medo de nós", revelou Akito. Entretanto eles não se negaram a sempre procurar a justiça do branco quando houver irregularidades. Agora até quando o branco vai matá-los como matam porcos ninguém responde.

FUNAI

A Funai criada para dar proteção ao índio não passa de uma piada na concepção deles. Na nota à imprensa eles alertam que: "Diante desta situação alarmante este órgão de assistência ao Índio ficou com os braços cruzados. Ainda jogando charadas para a liderança Suruí. 'O índio é mentiroso', falou o coordenador e colocou policiamento na sede da superintendência. Portanto estamos vendo que os funcionários da Funai são pressionados pelos grupos do poder econômico. Assim o administrador defende o seu emprego para não cair fora de seu cargo, enquanto que os índios continuam morrendo sem ninguém tomar providências sérias e ainda mais que a Funai de Pimenta Bueno não é capaz de comprar um comprimido para os pacientes indígenas que estão na casa do índio no Riozinho e também levar o paciente no local adequado para o tratamento alegam que não têm dinheiro". O fazendeiro Américo Minota é acusado ainda de estar aliciando alguns líderes Zorós para que não vão contra a sua atitude e deu Cr\$ 2 milhões, prometendo: Escolas, Saúde, Transporte e assim iludir ao povo Zoró e introduzir a empresa madeireira para saquear as madeiras existentes nas áreas Suruí, Cinta-Larga e a própria nação Zoró preparando assim os conflitos que certamente virão". O manifesto foi assinado pelo líder Suruí Itabira, pelo membro da Nação Natim pelo coordenador da UNI Manoel Fernandes Moura Tukano e Akito e Pedro Garcia Tariano secretário da Foirn-AM.

JUSTIÇA

Inocentemente os índios ainda acreditam na justiça dos brancos. Eles não imaginam que seu futuro, segundo os sociólogos, é o dos índios americanos do Norte que hoje são frentistas de postos de gasolina, pedreiros entre outras profissões humildes e frequentemente humilhados pois suas nações foram extintas em troca da ambição do branco. Suas terras possuem ouro, e madeira além de outros minerais que despertam a cobiça do branco. Estes não medem esforços para extorquir, vilipendiar e o pior, massacrar o

índio como quem mata um animal no abatedouro. Estas informações nunca chegam à opinião pública. Ninguém sabe quantas aldeias já foram assassinadas pelos brancos na época da exploração dos seringais. Esses massacres normalmente eram feitos por homens ignorantes que buscavam a riqueza material a qualquer custo. Homens assim ainda vivem no estado e frequentemente contam como se fosse vantagem o número de índios que "abateram".

UTOPIA

A fé na justiça branca será a última crença talvez a desaparecer dos corações destes nativos. Possivelmente porque eles não têm outras armas. Os índios sabem que se rechaçar a bala os invasores logo esquadões com armas pesadas estarão lá matando em nome da "justiça" ou vingando os "honestos" irmãos brancos. Baseado nisso, eles enviaram uma nota ao procurador geral da República pedindo que a Lei seja cumprida. Na nota eles pedem que as autoridades sejam mais solidárias às causas indígenas e façam cumprir a Lei que foi promulgada no último dia 5 de outubro, antes que se agrave a situação ou antes que eles mudem de idéia. Eles exigem que as autoridades competentes tomem as devidas providências.

GUERRA

A nota escrita pelos Suruí residentes e domiciliados na área 7 de Setembro desde a linha 7 até a linha 15 foi assinada por 37 índios da nação. Nela eles se confessam insatisfeitos, cansados, saturados e contrariados com as invasões que estão desrespeitando os princípios das nações indígenas. Evocam os artigos 231 e 232 da nova Constituição e pedem que a Lei saia do papel para a prática. O cansaço com o abuso do branco é evidente. "Se é para morrer massacrado enquanto aguardamos a Justiça preferimos morrer lutando", afirmaram num aviso claro de que novas invasões serão rechaçadas. Yaminé derramou seu sangue em terras de sua nação. Agora eles avisam que não querem presenciar nenhum invasor ou pessoal estranho construindo suas casas em cima de suas histórias. "Com o derramamento do sangue de Yaminé ele abençoou aquele pedaço de terra para os Suruí, informa a nota. O acultramento eles desprezam porque está sendo imposto pelo decreto 9.496 do presidente Sarney.